

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.802.533 - RS (2019/0068237-6)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
RECORRENTE : UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
RECORRIDO : JOSE CARLOS MACIEL DA SILVA
ADVOGADOS : LEONOR LIMA DE FARIA - RS046671
MARTHA TAVARES DIAS - RS046364

EMENTA

ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. GED. PARIDADE. INATIVO. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES DO STJ. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pela UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS, com fundamento no art. 105, III, "a", da CF/1988, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, nesses termos ementado:

ADMINISTRATIVO. GED. PARIDADE. INATIVO. EC 41 DE 2003. PARIDADE. REPERCUSSÃO GERAL. JUÍZO DE RETRATAÇÃO.

- O Plenário do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE n.º 596.962, com repercussão geral, firmou o entendimento de que as gratificações de incentivo à docência podem ser estendidas aos servidores inativos devido ao seu caráter geral, com base na inteligência do art. 40, § 8º da CF (STF, Pleno, Rel. Min. Dias Toffoli, j. 21-8-2014).

- Com efeito, adotada tal orientação no caso concreto, reconhece-se ao autor, José Carlos Maciel da Silva, o, direito à paridade com os servidores ativos no recebimento da Gratificação de Estímulo à Docência - GED, que foi instituída pela Lei 9.678, de 3 de julho de 1998, pois foi aposentado com proventos proporcionais a 32 anos, em março de 2005. Ocorre que a EC 41 de 2003 foi publicada em 19 de dezembro de 2003, o que, forçosamente, leva à conclusão de que o autor, já antes dessa data, já tinha os requisitos mínimos para a aposentadoria proporcional, como idade mínima (nasceu em 12-4-1943) e tempo de contribuição de 30 anos, pois a Portaria teve como fundamento o art. 186, III, alínea 'c' da Lei 8.112/90, c/c art. 8º da EC 20/98.

- Assim, ao autor aplicam-se as teses fixadas nos incisos I e II da ementa do RE 596.962, que gerou o Tema 156 de Repercussão Geral: "i) as vantagens remuneratórias legítimas e de caráter geral conferidas a determinada categoria, carreira ou, indistintamente, a servidores públicos, por serem vantagens genéricas, são extensíveis aos servidores inativos e pensionistas; ii) nesses casos, a extensão alcança os servidores que tenham ingressado no serviço público antes da publicação das Emendas Constitucionais nºs 20/1998 e 41/2003 e se aposentado ou adquirido o direito à aposentadoria antes da EC nº 41/2003;

- Aos inativos e pensionistas com direito à paridade (EC 41/2003, art. 7º) a GED é devida da seguinte forma: 140 (cento e quarenta) pontos no período

Superior Tribunal de Justiça

de 01.05.2004 (art. 5º da Lei 11.087/2005) a 29.02.2008 (art. 19, §2º da Lei 11.784/2008), descontados os valores já pagos: 91 pontos de 01.05.2004 a 30.06.2006 e 115 pontos de 01.07.2006 a 29.02.2008.

- O pagamento da Gratificação de Estímulo à Docência (GED) aos servidores aposentados com proventos não integrais deve ser realizado de forma integral, porquanto não há relação entre o valor da mesma e o tempo de serviço dos servidores em atividade.

- Diante da revisão do julgado, restou sucumbente a autarquia ré, sendo a condenação em honorários advocatícios estabelecida em conformidade com o disposto no § 4º, inciso II do art. 85 do CPC de 2015.

Sustenta a parte recorrente, preliminarmente, deficiência de fundamentação e ocorrência de *reformatio in pejus*, bem como que é legal o estabelecimento de valores diferenciados aos servidores ativos e inativos em decorrência da Gratificação de Desempenho, percebida em função da produtividade pessoal, como é o caso da GED.

Não foram apresentadas contrarrazões.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo nº 3/STJ: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Entende esta Corte Superior que "legítimo o tratamento diferenciado entre professores ativos e inativos, conforme disciplina a Lei 9.678/1998, tendo em vista a natureza pro labore faciendo da GED - Gratificação de Estímulo à Docência - cujo percentual depende da produtividade do servidor em atividade". Cito:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. OFENSA AO ART. 1.022 DO CPC/2015 NÃO CONFIGURADA. ANÁLISE DE DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. COMPETÊNCIA DO STF. ALEGAÇÃO DE OFENSA AOS ARTS. 1º DO DECRETO 20.910/1932, 110, I, DA LEI 8.112/1990 E 21 DA LRF. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. GRATIFICAÇÃO DE ESTÍMULO À DOCÊNCIA - GED. EQUIPARAÇÃO ENTRE ATIVOS E INATIVOS. IMPOSSIBILIDADE. ENTENDIMENTO CONSOLIDADO NO ÂMBITO DO STJ EM INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEGISLAÇÃO FEDERAL. PET. 9.600/RS.

1. Cinge-se a controvérsia à possibilidade de extensão da Gratificação de Estímulo à Docência (GED) a servidor inativo nos mesmos parâmetros estabelecidos para os servidores da ativa.

2. Não se configura a aduzida ofensa ao artigo 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, uma vez que o Tribunal de origem julgou integralmente a lide, fundamentando seu proceder de acordo com os fatos apresentados e com a interpretação dos regramentos legais que entendeu aplicáveis, demonstrando as razões de seu convencimento.

3. O exame da violação de dispositivo constitucional é de competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal, conforme dispõe o art. 102, III, da

Superior Tribunal de Justiça

Constituição Federal.

4. Quanto aos arts. 1º do Decreto 20.910/1932, 110, I, da Lei 8.112/1990 e 21 da LRF, o Recurso Especial é manifestamente inadmissível, por falta de prequestionamento, pois não foram eles objeto de discussão, sequer implícita, nas instâncias ordinárias, razão pela qual não há como afastar o óbice da Súmula 211/STJ.

5. O Superior Tribunal de Justiça entende ser legítimo o tratamento diferenciado entre professores ativos e inativos, conforme disciplina a Lei 9.678/1998, tendo em vista a natureza pro labore faciendo da GED - Gratificação de Estímulo à Docência - cujo percentual depende da produtividade do servidor em atividade.

Ressalto que o advento da Lei 11.087/2005 (objeto da conversão da MP 208/2004) não modificou a natureza da gratificação, porquanto trouxe apenas alteração nos pontos a serem atribuídos a ativos e inativos, preservando a diferenciação estabelecida na Lei 9.678/1998.

6. Recurso Especial parcialmente conhecido e, nessa parte, parcialmente provido.

(REsp 1828392/MG, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/09/2019, DJe 11/10/2019)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO EM PETIÇÃO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 03/STJ. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. GRATIFICAÇÃO DE ESTÍMULO À DOCÊNCIA - GED. LEIS 9.678/1998, 11.087/2005 E 11.344/2006. PARIDADE ENTRE ATIVOS E INATIVOS. IMPOSSIBILIDADE. ENTENDIMENTO CONSOLIDADO NO ÂMBITO DESTA E. STJ EM SEDE DE INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEGISLAÇÃO FEDERAL. PET 9.600/RS. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. É firme o entendimento no âmbito deste e. STJ no sentido de que "é legítimo o tratamento diferenciado entre professores ativos e inativos, no que tange à percepção da Gratificação de Estímulo à Docência - GED, instituída pela Lei 9.678/1998, tendo em vista a natureza da gratificação, cujo percentual depende da produtividade do servidor em atividade", sendo que "a Lei 11.087/05, resultante da conversão da Medida Provisória 208/2004, não modificou a natureza pro labore faciendo da GED, porquanto trouxe apenas alteração nos pontos a serem atribuídos a ativos e inativos, preservando-se a diferenciação estabelecida na Lei 9.7984/1998, inclusive quanto aos servidores docentes cedidos" (PET 9.600/RS, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, 1ª Seção, Julgado: 26.08.2016, Pendente de publicação).

2. Agravo interno não provido.

(AgInt na Pet 9.645/MT, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/11/2016, DJe 01/12/2016)

Prejudicado o exame das demais questões.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, V, do CPC/2015 c/c o art. 255, § 4º, III, do RISTJ, dou provimento ao recurso especial, nos termos da fundamentação.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator

